



2º SIMULADO MMA

**Analista Ambiental
Pós-Edital**

Simulado

Simulado MMA – Analista Ambiental

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso MMA (Analista Ambiental);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-MMA-23-12>

01 - C E	21 - C E	41 - C E	61 - C E	81 - C E
02 - C E	22 - C E	42 - C E	62 - C E	82 - C E
03 - C E	23 - C E	43 - C E	63 - C E	83 - C E
04 - C E	24 - C E	44 - C E	64 - C E	84 - C E
05 - C E	25 - C E	45 - C E	65 - C E	85 - C E
06 - C E	26 - C E	46 - C E	66 - C E	86 - C E
07 - C E	27 - C E	47 - C E	67 - C E	87 - C E
08 - C E	28 - C E	48 - C E	68 - C E	88 - C E
09 - C E	29 - C E	49 - C E	69 - C E	89 - C E
10 - C E	30 - C E	50 - C E	70 - C E	90 - C E
11 - C E	31 - C E	51 - C E	71 - C E	91 - C E
12 - C E	32 - C E	52 - C E	72 - C E	92 - C E
13 - C E	33 - C E	53 - C E	73 - C E	93 - C E
14 - C E	34 - C E	54 - C E	74 - C E	94 - C E
15 - C E	35 - C E	55 - C E	75 - C E	95 - C E
16 - C E	36 - C E	56 - C E	76 - C E	96 - C E
17 - C E	37 - C E	57 - C E	77 - C E	97 - C E
18 - C E	38 - C E	58 - C E	78 - C E	98 - C E
19 - C E	39 - C E	59 - C E	79 - C E	99 - C E
20 - C E	40 - C E	60 - C E	80 - C E	100 - C E

LÍNGUA PORTUGUESA***Fabricio Dutra***

O descarte adequado do óleo de cozinha é uma prática de extrema importância para o meio ambiente e para a saúde pública. O óleo de cozinha usado, quando despejado incorretamente na pia ou no vaso sanitário, pode causar uma série de problemas.

Em primeiro lugar, o óleo derramado nas redes de esgoto pode obstruir os canos e causar entupimentos, resultando em vazamentos e inundações nas áreas urbanas. Além disso, o óleo contamina a água e os corpos d'água, prejudicando a fauna e a flora aquáticas.

A poluição ambiental não é o único problema. Quando o óleo é despejado nas redes de esgoto, ele pode se misturar com produtos químicos utilizados em tratamentos de água, criando substâncias tóxicas que colocam em risco a qualidade da água potável. Isso afeta diretamente a saúde pública, aumentando o risco de doenças relacionadas à água contaminada.

Para evitar esses problemas, é fundamental adotar práticas de descarte responsável do óleo de cozinha. A melhor maneira de fazer isso é armazenar o óleo usado em recipientes adequados e entregá-lo em postos de coleta específicos, que geralmente existem em supermercados, escolas e centros comunitários. Esse óleo pode ser reciclado e transformado em produtos úteis, como biodiesel e sabão.

Ao descartar corretamente o óleo de cozinha, contribuímos para a preservação do meio ambiente, a saúde pública e a sustentabilidade. É uma pequena ação que faz uma grande diferença para o nosso planeta e para as futuras gerações. Portanto, lembre-se sempre de cuidar do seu óleo de cozinha usado de forma responsável e consciente.

De acordo com o texto acima, julgue os itens.

- 01.** Apesar de não haver tantos benefícios em reciclar óleo de cozinha, O descarte adequado do óleo de cozinha é crucial para evitar a poluição da água, obstruções nos esgotos e problemas de saúde pública.
- 02.** A expressão "esses problemas" (primeiro período do terceiro parágrafo) engloba três questões específicas.
- 03.** Ao utilizar 'contribuímos' no último parágrafo, o autor utiliza uma técnica sintática de indeterminação o sujeito, tornando o texto imenso.
- 04.** No primeiro período do texto, em suas duas ocorrências, a preposição 'para' tem valor de finalidade.
- 05.** A oração "Ao descartar corretamente o óleo de cozinha" é subordinada adverbial temporal.
- 06.** No trecho "ele pode se misturar", a partícula 'se' poderia ser deslocada para depois do verbo 'misturar', mantendo-se a correção gramatical: misturar-se.
- 07.** Na oração "Isso afeta diretamente a saúde pública", poderia ter sido inserido, corretamente, um acento de crase no "a", em virtude de regência verbal.
- 08.** A oração "É uma pequena ação que faz uma grande diferença para o nosso planeta e para as futuras gerações" poderia ser corretamente reescrita da seguinte forma, mantendo o sentido original, "Trata-se de um gesto modesto, porém com um impacto significativo no nosso planeta e para as gerações vindouras."

LÍNGUA INGLESA*Andrea Belo*

Read the following text and answer questions from 09 to 13

Mr. Beast sues his food delivery partner over 'low quality' food

The YouTube star, whose real name is Jimmy Donaldson, wants to end his agreement with Virtual Dining Concepts.

YouTube star Jimmy Donaldson, known to his 172 million subscribers as Mr. Beast, filed a lawsuit on Monday against his food delivery service partner, Virtual Dining Concepts, claiming the company damaged his reputation by serving customers “low quality” and, at times, “inedible” food.

Donaldson, famous for his expensive stunts and viral charity projects, partnered with the Florida-based “virtual dining” brand to launch Mr. Beast Burger, which in December 2020 began selling branded burger-and-fries combos through restaurants and commercial kitchens across the U.S. Customers order through major food delivery service apps or via the Mr. Beast Burger website, which states menu items are available “for restaurants to prepare out of their existing kitchens as a way to generate a new revenue stream.”

But Donaldson, who in November became the most-followed individual YouTuber, is now seeking to end his agreement with Virtual Dining Concepts, citing a lack of quality control and noting that his complaints “fell on deaf ears.” A spokesperson for Virtual Dining Concepts did not immediately respond to a request for comment on Monday. A representative for Donaldson declined to comment.

Adapted from <https://www.nbcnews.com/>

Based on the preceding text, judge the following item

09. In the sentence "*Customers order through major food delivery service apps or via the Mr. Beast Burger website*", the term "*through*" can be replaced by “*along*” without changing in meaning

Based on the preceding text, judge the following item

10. A similar word to replace "*inedible*", in the first paragraph would be the term “*unpalatable*”

Based on the preceding text, judge the following item

11. According to the text, it is correct to infer that the main character is a digital influencer

Based on the preceding text, judge the following item

12. Mr. Beast sued Virtual Dining Concepts because of personal differences

Based on the preceding text, judge the following item

13. The word “*declined*” in last sentence of the text means there is a graph to represent a fall

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA*Stefan Fantini*

No que concerne à governança, governabilidade, *accountability*, julgue os itens a seguir.

14. A governança está relacionada à capacidade do governo de formular e implantar políticas públicas ao passo que a governabilidade está relacionada à capacidade política de governar e à legitimidade.

Acerca do Processo de formulação e desenvolvimento de políticas, julgue os itens a seguir.

15. A fase de formulação de políticas públicas envolve o desenvolvimento, seleção e especificação de alternativas para tratar de eventuais problemas na agenda do governo. Na fase de implementação das políticas públicas, por sua vez, os planos e decisões são convertidos de intenções em ações.

Com relação à intermediação de interesses, julgue os itens a seguir.

16. O corporativismo consiste em um tipo de sistema em que os agentes políticos concedem benefícios públicos em troca de apoio político.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA*Leandro Ravelle*

17. As metas do PPA são os instrumentos de desempenho eleitos para acompanhar a execução das políticas públicas, sendo assim, representam os compromissos firmados com o Congresso Nacional e a sociedade para um período de quatro anos.

18. O PPA deve traduzir essas políticas públicas em programas e ações orçamentárias.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

19. Em relação à Organização da Administração Pública, julgue o item a seguir.

A Agência Executiva é somente uma qualificação concedida por decreto pelo Chefe do Poder Executivo às fundações públicas ou autarquias que tenham celebrado um contrato de gestão com a Administração Direta.

20. Acerca dos atos administrativos, julgue o item a seguir.

Fábio, morador do município X, deslocou-se à cidade Y para aproveitar o carnaval com amigos. No domingo, estacionou seu automóvel em cima da calçada em local proibido. Joana, agente de trânsito municipal, representando o poder público local, procedeu com o reboque do veículo de Fábio.

No caso fictício em tela, a remoção do bem do particular praticada pela agente está calcada no atributo do ato administrativo da imperatividade.

21. Acerca dos poderes da administração pública, julgue o item a seguir.

O gestor público atua no emprego do poder hierárquico ao editar atos normativos com a finalidade de organizar a atuação de órgãos subordinados a ele.

22. Acerca da Responsabilidade Civil do Estado, julgue o item a seguir.

Em manifestação contra o aumento das passagens de ônibus, ocorreram conflitos entre policiais e manifestantes. Alessandra, profissional da imprensa, foi ferida por agentes policiais durante cobertura jornalística. Os policiais que agiram no evento portavam câmeras que filmaram a desinteligência, atestando que Alessandra descumpriu ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que havia grave risco à sua integridade física.

No caso fictício em tela, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aplica-se a responsabilidade civil objetiva do Estado, não incidindo excludente da responsabilidade do caso fortuito, em razão da imprevisibilidade dos danos sofridos por Alessandra.

23. Acerca do Controle da Administração Pública, julgue o item a seguir.

O controle da Administração Pública é o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos por meio dos quais se exerce o poder de fiscalização e de revisão da atividade administrativa em qualquer das esferas de Poder. Assim sendo, é correto afirmar que o controle legislativo é aquele executado pelo Poder Legislativo sobre os atos da Administração Pública, como, por exemplo, quando o Tribunal de Contas, órgão de controle financeiro que integra o Legislativo, realiza o controle externo dos Poderes Executivo e Judiciário.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**Emerson Bruno**

24. Acerca dos remédios constitucionais previstos no art. 5º da CF88, julgue o item subseqüente. Considere a seguinte situação hipotética. Estudante de Direito de instituição de ensino superior descobre irregularidades contra o patrimônio histórico por parte da prefeitura do município onde reside. Nesse caso, em conformidade com a Constituição Federal, o estudante é parte legítima para ingressar com ação popular.

25. O item a seguir, é apresentado uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Um agente penitenciário submeteu a intenso sofrimento físico um preso que estava sob sua autoridade, com o objetivo de castigá-lo por ter incitado os outros detentos a se mobilizarem para reclamar da qualidade da comida servida na penitenciária. Nessa situação, o referido agente cometeu crime inafiançável.

26. Julgue o item seguinte relativo ao Poder Judiciário. O STF é competente para julgar os governadores dos estados e do Distrito Federal em caso de crimes comuns.

27. Julgue o item que se segue sobre o meio ambiente na Constituição da República. A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, o Cerrado, o Pantanal Mato-Grossense e a Serra do Mar são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

28. Sobre os direitos dos povos originários previstos pela CF 88, julgue o item que se segue. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes a propriedade exclusiva das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

LEGISLAÇÃO E NORMAS AMBIENTAIS – NORMAS GERAIS

Monik Begname

29. A Lei nº 12.651/2012, também conhecida como Código Florestal, estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.

De acordo com as disposições do Código Florestal, o fomento à pesquisa científica e tecnológica na busca da inovação para o uso sustentável do solo e da água, a recuperação e a preservação das florestas e demais formas de vegetação nativa é um de seus princípios.

30. No que concerne à Política Nacional de Recursos Hídricos, julgue o item a seguir.

A prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos se incluem entre os fundamentos da referida lei.

31. Acerca de infrações e sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, julgue o item que se segue.

Mesmo que a personalidade for obstáculo ao resarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente, não é possível a desconsideração da personalidade jurídica se não houver comprovação de dano ao erário.

32. No que se refere ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), julgue o item subsequente.

Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, o SNUC é executado pelo ICMBio na esfera federal, e nos estados e municípios, pelos respectivos órgãos ambientais.

33. Com relação ao SISNAMA e à Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), julgue o item subsequente.

As ações de licenciamento, registro, autorizações, concessões e permissões relacionadas à fauna, à flora, e ao controle ambiental são de competência exclusiva dos órgãos integrantes do Ministério do Meio Ambiente - MMA.

LEGISLAÇÃO E NORMAS AMBIENTAIS – NORMAS ESPECÍFICAS

André Rocha

Considerando a Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei nº 12.334/2010), a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (Lei nº 13.153/2015) e a Lei de Pagamentos por Serviços Ambientais (Lei nº 14.119/2021), julgue os itens a seguir.

34. *As barragens devem ser classificadas por categoria de risco, com base em critérios gerais estabelecidos pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), sendo a classificação de alto, médio ou baixo risco feita em função das características técnicas, dos métodos construtivos, do estado de conservação, da idade do empreendimento e do atendimento ao Plano de Segurança da Barragem.*

35. Seca é o fenômeno que ocorre naturalmente quando a precipitação registrada é significativamente inferior aos valores normais, provocando um sério desequilíbrio hídrico que afeta negativamente os sistemas de produção e de consumo.

36. Os serviços ecossistêmicos são benefícios relevantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais, a exemplo dos serviços de suporte, como o sequestro de carbono e a purificação do ar, e os serviços de regulação, como a ciclagem de nutrientes.

INTEGRIDADE PÚBLICA

Tiago Zanolla

37. Durante uma inspeção em uma área de preservação, Lucas, servidor do Ministério do Meio Ambiente, decidiu não reportar uma pequena infração ambiental, acreditando que isso não causaria grandes impactos. Ele justificou sua decisão com base na eficiência e rapidez do serviço. De acordo com o Decreto n. 1.17a1/1994, a conduta de Lucas está:

38. Joana, servidora do Ministério do Meio Ambiente, recusou um presente de valor significativo de uma empresa que estava sob investigação ambiental, alegando que isso poderia comprometer sua imparcialidade e a integridade do processo. A atitude de Joana está correta.

39. Ana, servidora do Ministério do Meio Ambiente, decidiu não utilizar uma nova técnica de análise ambiental, mesmo estando ciente de sua eficácia, por considerá-la complexa demais. De acordo com o Decreto n. 1171/1994 a ação de Ana está correta.

40. Juliana, recepcionista no Ministério do Meio Ambiente, se depara com um cidadão irritado, exigindo atendimento imediato. Apesar de estar ocupada com outras tarefas administrativas prioritárias, Juliana lembra-se de seu dever de tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público. Ela decide então acalmar o cidadão, explicando a situação e assegurando que será atendido assim que possível. A servidora agiu corretamente?

BIODIVERSIDADE, FLORESTA E DIREITO DOS ANIMAIS – LEGISLAÇÃO GERAL

Guilherme Tomasoni

41. Quanto às unidades de conservação, julgue o item a seguir.

A reserva extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais de subsistência baseada exclusivamente no extrativismo, sendo vetadas a prática da agricultura — mesmo que apenas de subsistência — e a criação de animais.

42. Acerca do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), proposto pela Lei n.º 9.985/2000, julgue o item subsequente.

No SNUC, a atribuição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é de coordenar o sistema, enquanto o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) funciona como órgão deliberativo.

43. Julgue o item seguinte no que diz respeito à Lei n.º 12.651/2012 - Código Florestal Brasileiro.

Conforme previsto em lei, as faixas marginais de quaisquer cursos d'água natural são consideradas áreas de reserva legal.

44. Tendo por base o Decreto n.º 11.367, de 1º de janeiro de 2023, o qual institui a Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento, restabelece o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAm, é correto afirmar que a Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento será presidida pelo Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

45. De acordo com o Decreto n.º 4.339/2002, o qual institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade, as nações têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos biológicos, segundo suas políticas de meio ambiente e desenvolvimento.

BIODIVERSIDADE, FLORESTA E DIREITO DOS ANIMAIS – ECOLOGIA, BIOMAS, FAUNA E FLORA

André Dávila

Com base no parágrafo abaixo, julgue os itens **46 a 48**.

Com a seca severa que atinge a Amazônia, o bioma contabilizou 22.061 focos de queimadas só em outubro - a pior marca para o mês nos últimos 15 anos. Um aumento de 59% em comparação a outubro de 2022, quando foram detectados 13.911 focos. Os dados são do Programa Queimadas, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Fonte: <https://www.wwf.org.br/?87182/Com-22-mil-focos-de-queimadas-Amazônia-tem-o-pior-mes-de-outubro-em-15-anos>.

46. A riqueza natural do bioma amazônico acompanha o desenvolvimento socioeconômico da região, onde há elevada densidade demográfica e crescente urbanização moderna.

47. A biodiversidade faunística do bioma amazônico é considerada uma das maiores do mundo. Nesse contexto, encontramos uma maior riqueza de mamíferos, em especial de primatas, do que de aves e peixes.

48. Fuligem e fumaça produzida pelos incêndios florestais amazônicos podem ser eventualmente transportados na atmosfera para regiões ao sul do país, afetando a vida de indivíduos a mais de 1500km de distância dos focos de queimada.

A construção da estrada Belém-Brasília foi a principal intervenção estatal na região amazônica. Era entendida por setores da imprensa como a possibilidade de integração da região amazônica ao restante do País e à nova capital que estava sendo construída, Brasília. A estrada tiraria a Amazônia de um isolamento histórico, além de representar a vitória definitiva do homem contra a natureza, considerada uma das principais vilãs do progresso e do desenvolvimento da região. (<https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2019v250204>).

A construção de rodovias pode gerar a fragmentação de habitats e necessita estudos prévios que embasam licenças estatais.

Sobre os impactos que o processo de fragmentação pode gerar, julgue os itens 49 e 50.

49. A subdivisão de populações gerada por um processo de fragmentação antropogênica promove, em um curto intervalo, o surgimento de novas espécies por alopatria.

50. Com o surgimento de novas espécies gerado pela separação em subpopulações, aumenta-se a biodiversidade em decorrência dos processos de fragmentação antropogênica.

Sobre a ecologia de paisagem e seus conceitos aplicados à conservação, julgue o item a seguir.

51. Os trampolins ecológicos (*stepping stones*) são estudados como alternativas ao isolamento de fragmentos de habitat, gerando um habitat seguro e permanente para o desenvolvimento das metapopulações.

BIODIVERSIDADE, FLORESTA E DIREITO DOS ANIMAIS – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, MANEJO, INVENTÁRIO, RAD E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Monik Begname

52. Acerca de manejo florestal sustentável e recuperação de áreas degradadas, julgue o item a seguir.

A restauração de área degradada consiste na restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original.

53. Acerca de dendrometria e inventário florestal, julgue o item que se segue.

A área basal é um importante parâmetro da densidade do povoamento. Normalmente é expressa em m^2/ha , fornecendo o grau de ocupação de determinada área por madeira.

54. No que concerne à Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa, Decreto nº 8.972/2017, julgue o item a seguinte.

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima presidirá a Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa-CONAVEG.

55. No que concerne à política e à legislação ambiental, julgue o item seguinte.

Se em um plano de manejo florestal sustentável o diâmetro mínimo de corte (DMC) para determinada espécie arbórea não for definido, então, nesse caso, o DMC deverá ser igual a 50 cm.

MUDANÇA DO CLIMA

André Rocha

Leia o texto a seguir para responder às questões de **56 a 59**.

"Os impactos mais severos da mudança do clima serão sentidos no Brasil, que tem dimensões continentais e parte considerável localizada em região tropical. Isso porque as áreas continentais aquecem mais que as oceânicas. A avaliação foi feita nesta quarta-feira (25) pelo coordenador-geral de Ciência do Clima do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Márcio Rojas. "Os impactos da mudança do clima que o Brasil vai sentir serão mais severos do que a média global", afirmou durante palestra no Museu de Astronomia, no Rio de Janeiro. A atividade faz parte do projeto Ciência Básica para o Desenvolvimento Sustentável da unidade vinculada ao MCTI.

Segundo dados observacionais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) dos últimos 60 anos, algumas regiões no Brasil já apresentam temperaturas máximas até 3 °C graus superior. Uma análise publicada neste mês pela World Weather Attribution, com participação de cientistas brasileiros, apontou que a mudança do clima influenciou a onda de calor que ocorreu no Brasil no fim de agosto e início de setembro.

Rojas apresentou um panorama global, baseado no Relatório Síntese do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), lançado neste ano, e iniciativas produzidas pelo MCTI para prover informações técnico-científicas na área de clima para subsidiar a tomada de decisão.

Segundo o coordenador-geral, as mais recentes projeções do IPCC reforçam com maior grau de confiabilidade o que estava posto desde os primeiros relatórios sobre a relação entre a ação humana e o aquecimento global e as probabilidades de ocorrência de eventos extremos. De acordo com o órgão científico global, a tendência é de aumento na frequência e na intensidade de ondas de calor, precipitação em curtos períodos, entre outros extremos climáticos, conforme o cenário de aquecimento global. “Eventos que ocorriam um episódio por década, passam para três vezes por década. Em um cenário de aquecimento global de 4 oC, por exemplo, os extremos podem passar a ocorrer anualmente”, explicou.

Ele salientou que a mudança do clima é um fato presente, e do ponto de vista científico é um fenômeno decorrente da ação humana, ou seja, um efeito antropogênico. “Há relação linear entre a concentração de dióxido de carbono e o aquecimento global”, disse ao apresentar um dos gráficos de trajetória de emissões e aumento de temperatura.

Contudo, os efeitos não se restringem aos países mais emissores. A atmosfera é única e os efeitos do aumento da concentração de dióxido são vivenciados por todos. “As consequências serão sentidas por gerações que não necessariamente tiveram responsabilidade sobre as emissões”, analisou Rojas.”

Fonte: Governo Federal. Impactos da mudança do clima serão mais severos no Brasil, afirma coordenador de Ciência do Clima do MCTI". Disponível em:

<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2023/10/impactos-da-mudanca-do-clima-serao-mais-severos-no-brasil-afirma-coordenador-de-ciencia-do-clima-do-mcti>

56. São chamados contra-alísios os ventos que sopram constantemente das zonas polares e dos trópicos em direção à linha do Equador, carregando umidade e provocando chuvas nas regiões onde eles se encontram com outros ventos e massas de ar.

57. Os recursos não reembolsáveis do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima serão aplicados diretamente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou na forma das transferências voluntárias previstas na legislação orçamentária.

58. As medidas tomadas para combater as mudanças climáticas devem levar em consideração os diferentes contextos socioeconômicos de sua aplicação, distribuir os ônus e encargos decorrentes entre os setores econômicos e as populações e comunidades interessadas de modo equitativo e equilibrado e sopesar as responsabilidades individuais quanto à origem das fontes emissoras e dos efeitos ocasionados sobre o clima.

59. O Acordo de Paris foi adotado em 2015, mas rege medidas de redução de emissão de dióxido de carbono vigentes a partir de 2020, com primeira revisão prevista para 2025.

Leia o texto a seguir para responder às questões **60 a 63.**

"Em um apelo considerado histórico, representantes de 195 países citaram no documento final da COP 28 a transição energética, que deve ser triplicada até 2030 pelas nações, e concordaram em mencionar, pela primeira vez, uma declaração sobre o abandono dos combustíveis fósseis, principais responsáveis pelo aquecimento do planeta. Ao citar que a transição das energias que provocaram o aquecimento do planeta deve ser acelerada "nesta década crucial", o texto foi considerado por ambientalistas e pela comitiva brasileira como um avanço. Mas, segundo a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o balanço global anunciado na COP mostra que o que alcançamos até aqui não foi suficiente.

E trabalhamos para que saíssemos daqui com as bases para viabilizar essa suficiência. Uma coisa muito importante foi o alinhamento em relação a 1.5. Essa é a base de todos os esforços que terão de ser feitos a partir de agora para atendermos aquilo que diz a ciência. Uma outra questão igualmente importante é o fato que estabeleceu-se uma transição para o fim do uso de combustível fóssil. Então, isso é algo que precisa ser devidamente alinhado à ideia de uma transição justa, porque o Brasil trabalhou até o último minuto para que ficasse muito claro que os países desenvolvidos deveriam tomar essa dianteira.

Outra definição importante confirmada na COP 28 de Dubai foi a confirmação oficial do Brasil como sede da COP 30, em 2025 que será realizada em Belém, no Pará.

Fonte: Senado Federal. Relatório da COP 28 sugere transição energética e abandono de combustíveis fósseis. Brasil se prepara para COP 30

Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/12/13/relatorio-final-sugere-transicao-energetica-e-abandono-de-combustiveis-fosseis-ate-2050-brasil-se-prepara-para-cop-30>

60. A transição energética justa reconcilia as necessidades materiais dos setores mais pobres com o objetivo de mitigar os efeitos das mudanças climáticas, garantindo a sustentabilidade ambiental bem como a criação de empregos decentes numa perspectiva de inclusão social, contribuindo para a erradicação da pobreza.

61. Os oceanos desempenham um papel importante na regulação do clima da Terra, porque absorvem o calor e o gás carbônico, controlando os padrões climáticos.

62. A zona costeira e marinha apresenta uma grande variedade de funções e serviços ecossistêmicos, sendo responsável pela manutenção de diversas atividades econômicas e da qualidade de vida e representando uma barreira importante que impede ou previne a erosão costeira e a intrusão salina.

63. O termo "lixo no mar" pode ser caracterizado como sendo todo o resíduo sólido de origem antrópica e continental que entra no ambiente marinho.

QUALIDADE AMBIENTAL – ÁGUA, SOLO E AR

André Rocha

Com base na prevenção, controle e monitoramento da poluição ambiental no ar, no solo e na água, julgue as assertivas 64 a 67.

64. O processo de assoreamento dos cursos d'água, além de oferecer risco à qualidade da água em relação a características dos sedimentos que nele chegam, também pode gerar uma diminuição na capacidade hidráulica dos canais.

65. *O smog industrial é típico de cidades muito populosas e grandes centros urbanos, cujas atividades, principalmente a grande quantidade de veículos movidos por motores de combustão interna, liberam para a atmosfera poluentes gasosos.*

66. *A erosão do solo consiste na remoção de material rochoso e solo de um local da crosta terrestre com consequente deposição em local distinto, por meio processos predominantemente físicos, como é o caso da dissolução das partículas de solo na água de uma chuva ácida.*

67. *Um parâmetro físico de qualidade da água é o potencial hidrogeniônico (pH), que representa o equilíbrio entre íons H^+ e íons OH^- , sendo o valor de 7 considerado neutro.*

QUALIDADE AMBIENTAL – LEGISLAÇÃO, CONVENÇÕES INTERNACIONAIS E RESOLUÇÕES CONAMA

Guilherme Tomasoni

68. Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução CONAMA nº 05/1989, que dispõe sobre o Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar PRONAR.

A estratégia básica do PRONAR é limitar, a nível regional, as emissões por tipologia de fontes e poluentes prioritários, reservando o uso dos padrões de qualidade do ar como ação complementar de controle.

69. De acordo com a Resolução CONAMA nº 420/2009, uma área em que, após a realização de uma avaliação preliminar, forem observados indícios da presença de contaminação ou identificadas condições que possam representar perigo será considerada Área Suspeita de Contaminação.

70. Julgue o item subsequente acerca das infrações administrativas ambientais.

Os autos de infração ambiental serão lavrados por servidores de órgãos integrantes do SISNAMA que tenham sido designados para as atividades de fiscalização, aos quais também cabe a instauração de processo administrativo por infração ambiental. Podem, ainda, realizar as mesmas medidas os agentes das Capitanias dos Portos, do Ministério da Marinha.

71. Julgue o item subsequente acerca das infrações administrativas ambientais.

Qualquer pessoa do povo pode expor queixa a autoridade responsável pela fiscalização ambiental quando constatar a ocorrência de infração ambiental, e a autoridade, a partir do conhecimento dos fatos, é obrigada a promover a apuração imediata da infração, sob pena de responsabilidade.

QUALIDADE AMBIENTAL – PLANEJAMENTO URBANO, CIDADES SUSTENTÁVEIS E ACESSIBILIDADE

Núbia Ferreira

72. De acordo com o disposto no Estatuto da Cidade — Lei nº 10.257/2001 e suas alterações —, julgue o item subsequente.

Direito de preempção é o direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico estabelecido pelo plano diretor, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.

73. De acordo com a Lei Federal nº 6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, julgue o item que se segue.

O desmembramento é uma forma de parcelamento do solo, com abertura de novas vias e logradouros públicos, além do prolongamento, da modificação ou da ampliação dos já existentes.

74. Com base na Lei n.º 13.089/2015, que instituiu o Estatuto da Metrópole, julgue o item a seguir.

A Região Metropolitana é uma unidade regional instituída pelos Estados, mediante lei complementar, constituída por agrupamento de Municípios limítrofes para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

75. A respeito de áreas verdes urbanas e periurbanas, julgue o seguinte item.

O Índice de Áreas Verdes (IAV) é uma importante metodologia para o diagnóstico e monitoramento da quantidade de áreas verdes presente nas cidades, mas deve ser considerado em conjunto com a qualidade e a distribuição dessas áreas pelas cidades.

76. Considerando aspectos do planejamento e da sustentabilidade na indústria da construção, julgue o item a seguir.

A sustentabilidade deve ser considerada em todas as fases do ciclo de vida do edifício, desde o planejamento, passando pela implantação, uso e manutenção, até a demolição.

BIOECONOMIA – ECONOMIA E VALORAÇÃO AMBIENTAL

André Rocha

Leia o texto a seguir para responder às questões **77** a **79**.

"O ano de 2024 será decisivo para avançarmos no conceito e na agenda da bioeconomia no Brasil, que contribuirá para a redução de desigualdades sociais, geração de emprego e renda, conservação e uso sustentável da biodiversidade e das florestas. A bioeconomia pode oferecer alternativas para uma transição para modelos regenerativos de produção de alimentos, que contribuam para conservação dos solos e combate às mudanças climáticas. Novos negócios podem surgir, com impactos positivos sobre o bem-estar das pessoas e da natureza. Nesse sentido, há importantes discussões em andamento, tanto no contexto nacional como no global.

No cenário internacional, por exemplo, o Brasil assumiu em dezembro a presidência do G20 (grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo mais a União Africana e a União Europeia) e tem a bioeconomia como uma das iniciativas-chave, por entendê-la como um caminho para a inclusão social e geração de empregos.

No contexto nacional, esse tema já vem sendo debatido pelo setor privado e pela sociedade civil há alguns anos e, recentemente, as discussões têm sido ampliadas nas esferas do governo federal e dos governos subnacionais e no Legislativo. Porém, ainda de forma fragmentada e setorizada.

A boa notícia é que no ano que vem o governo federal iniciará a construção da Política Nacional de Bioeconomia e do Plano Nacional de Bioeconomia. Dentro as diversas iniciativas que serão propostas, uma das mais esperadas é a criação da governança da política nacional, capaz de coordenar a ação dos governos e dos atores interessados.

É hora, portanto, de conectar as agendas específicas para que a bioeconomia tenha seu potencial realizado e faça sentido para todos, incluindo as populações mais vulneráveis, os povos originários,

as comunidades tradicionais e os agricultores familiares, sem deixar de contemplar o potencial da agricultura sustentável e da silvicultura."

Fonte: Congresso em Foco. É hora de conectar ações por uma política nacional de bioeconomia.

*Disponível em:
<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/e-hora-de-conectar-acoes-por-uma-politica-nacional-de-bioeconomia/>*

77. *A perda de valor de mercado de uma determinada empresa como consequência de um acidente ambiental representa um custo intangível dessa empresa.*

78. *O método de valoração ambiental conhecido como custo de viagem prevê que a valoração dos benefícios gerados por um recurso ambiental é calculada pelos gastos necessários para reposição ou reparação caso o bem deixasse de existir ou fosse danificado.*

79. *A técnica de Análise do Ciclo de Vida (ACV) considera o recurso ou material desde a extração da matéria-prima, passando pela fabricação, pela embalagem, pelo transporte, pela utilização e pela reciclagem, representando uma avaliação dos impactos ambientais de um produto do "berço ao túmulo".*

BIOECONOMIA – LEGISLAÇÃO

Guilherme Tomasoni

80. De acordo com a Lei n.º 13.123/2015, comunidade tradicional é o grupo culturalmente diferenciado que se reconhece como tal, possui forma própria de organização social e ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição.

81. A Lei n.º 13.123/2015, que dispõe sobre o conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, relevante à conservação da diversidade biológica, à integridade do patrimônio genético do País e à utilização de seus componentes, dispõe que o acesso ao conhecimento tradicional associado de origem não identificável está condicionado à obtenção do consentimento prévio informado.

82. Entre os objetivos da Lei n.º 12.512/2011, a qual institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais está o de incentivar a conservação dos ecossistemas, entendida como sua manutenção e uso sustentável.

83. De acordo com a Lei n.º 12.512/2011, a qual institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, para receber os recursos financeiros do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, a família beneficiária deverá, entre outros requisitos, estar inscrita em cadastro a ser mantido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, contendo informações sobre as atividades de conservação ambiental.

84. Os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, os fóruns regionais e locais, e o Plano Plurianual são instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

BIOECONOMIA – CONVENÇÃO 169 OIT E CONFLITOS TERRITORIAIS

Sérgio Henrique

85. No que se refere a Convenção nº169 da OIT e os Povos Indígenas e Tribais, julgue o item subseqüente:

As terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas destinam-se à sua posse permanente, cabendo à União a administração exclusiva das riquezas naturais existentes, e às comunidades a sua utilização e/ou conservação dos mesmos.

86. No que se refere a Convenção nº169 da OIT e os Povos Indígenas e Tribais, julgue o item subseqüente:

É obrigação do governo adotar medidas para garantir aos trabalhadores pertencentes aos povos indígenas e tribais uma proteção eficaz em matéria de contratação e condições de emprego, visando legislação pautada na proteção e combate ao racismo ambiental desses povos.

87. No que se refere a Convenção nº169 da OIT e os Povos Indígenas e Tribais, julgue o item subseqüente:

A Convenção nº 169 da OIT não provê de maneira distinta a formação profissional para os trabalhadores pertencentes a povos tradicionais, uma vez que estes são considerados, segundo a legislação específica, como trabalhadores em geral.

88. No que se refere a Convenção nº169 da OIT e os Povos Indígenas e Tribais, julgue o item subseqüente:

A cidadania ambiental envolve a noção de justiça ambiental, pois há injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas.

ZONEAMENTO, CARTOGRAFIA, SENSORIAMENTO REMOTO, SIG

Monik Begname

89. Acerca de cartografia, de sistemas de informação geográfica e sensoriamento remoto, julgue o próximo item.

Os sistemas relacionados a referenciais geodésicos incluem WGS84 (World Geodetic System, de 1984), SIRGAS2000 (sistema de referência geocêntrico para as Américas, de 2000) e UTM (universal transversa de Mercator).

90. Acerca de cartografia, de sistemas de informação geográfica e sensoriamento remoto, julgue o próximo item.

A resolução espacial está relacionada à faixa de valores numéricos associados aos pixels e representa a intensidade da radiância proveniente da área do terreno correspondente ao pixel, denominada nível de cinza. A resolução radiométrica está relacionada com a dimensão do pixel. Quanto maior for a dimensão do pixel, maior será o poder de definição dos alvos terrestres.

91. Acerca de cartografia, de sistemas de informação geográfica e sensoriamento remoto, julgue o próximo item.

O projeto PRODES conta com a colaboração do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e está inserido como ação do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) no Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para a redução dos índices de queimada da Amazônia legal.

92. Acerca de cartografia, de sistemas de informação geográfica e sensoriamento remoto, julgue o próximo item.

Como possuem sensores na faixa do infravermelho termal e não sofrem interferência da cobertura de nuvens na detecção dos focos de calor, os satélites NOAA, utilizados no Brasil para o monitoramento de queimadas, detectam a maioria dos incêndios.

93. Acerca de cartografia, de sistemas de informação geográfica e sensoriamento remoto, julgue o próximo item.

Imagens digitais de satélite são armazenadas em programas de sistema de informações geográficas em formato vetorial, que, comparativamente aos dados matriciais, proporcionam maior acurácia quanto a forma e localização.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E LDB

Carla Abreu

94. Com base no que dispõe a Lei n.º 9.394/1996, julgue o item que se segue. Os currículos da Educação Básica devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. Tais currículos devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

95. Com base no que dispõe a Lei n.º 9.394/1996, julgue o item que se segue. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante, dentre outros, a compreensão do ambiente natural.

96. Com base no que dispõe a Lei n.º 9.394/1996, julgue o item que se segue. A educação básica obrigatória engloba a creche, o ensino fundamental e o ensino médio.

CIDADANIA AMBIENTAL E CONSUMO SUSTENTÁVEL*Sérgio Henrique*

97. Com bases em seus conhecimentos a respeito da temática cidadania ambiental e consumo consciente, julgue os itens a seguir:

Os debates acerca do consumo sustentável envolvem discussões conceituais significativas, e enfrentam consideráveis desafios na implementação de iniciativas voltadas para promover padrões de desenvolvimento politicamente corretos.

98. Na concordância com o fenômeno do consumismo, vem sendo construído o movimento do consumerismo, originário dos Estados Unidos, que nasceu como resultado da luta política pelos direitos do consumidor na década de 1960.

99. A crise ambiental coloca à prova o modelo de desenvolvimento que gerou dano ecológico e desigualdade social, caracterizando-o como politicamente injusto, culturalmente alienado e eticamente repulsivo.

100. No Brasil, alguns estudos indicam mudanças de postura da população em torno das questões ambientais. O aumento da consciência sobre o meio ambiente vem acompanhado de um crescimento significativo das atitudes em prol de práticas sustentáveis. Em especial a população rural e as camadas mais baixas da sociedade são mais expostas às condições ambientais.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>